ISOLADA DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES AULA 02

- Estado de Defesa

- Estado de Sítio

01- Alguns fatos podem abalar substancialmente a normalidade da vida em sociedade e as estruturas do Estado. Como forma de defesa do estado e das instituições democráticas, a Constituição Federal brasileira estabeleceu o sistema constitucional de crises e as formas de defesa do país ou da sociedade. Considerando-se a defesa do Estado brasileiro e das instituições democráticas são feitas as seguintes afirmações:

I - O estado de defesa tem por escopo preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. V

II - O Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional são órgãos consultivos do Presidente da República, mas suas opiniões não vinculam a decisão do chefe do Executivo em se tratando da necessidade da decretação do estado de defesa ou do estado de sítio. V

III - O estado de sítio e o estado de defesa serão fiscalizados através do controle político concomitante, em que a Mesa do Congresso Nacional, ouvidos os líderes partidários, designará Comissão composta de cinco de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas adotadas. V

Após a leitura, é possível concluir que:

A) As afirmações I, II e III estão corretas.

B) Apenas as afirmações I e II estão corretas.

C) Apenas as afirmações I e III estão corretas.

D) Apenas as afirmações II e III estão corretas.

02- Com relação ao Estado de Defesa, assinale a alternativa CORRETA.

A) O estado de defesa não restringe o direito ao sigilo de comunicação telefônica.

B) O prazo de duração do estado de defesa poderá ser prorrogado por ~~sessenta~~ dias.

30 DIAS (1x)

C) O estado de defesa ~~não mitiga~~ o direito de reunião.

ESTADO DE: DEFESA = PRESIDENTE DECRETA
SÍTIO = PRESIDENTE SOLICITA

D) Como medida mais branda, não exige autorização prévia do Congresso Nacional.

E) O estado de defesa ~~não limita~~ o direito ao sigilo de correspondência

03- A Constituição Federal prevê a aplicação de duas medidas excepcionais para restauração da ordem em momentos de anormalidade – Estado de Defesa e Estado de Sítio -, possibilitando inclusive a suspensão de determinadas garantias constitucionais, em lugar específico e por certo tempo, possibilitando ampliação do poder repressivo do Estado, justificado pela gravidade da perturbação da ordem pública. Assim sendo, é correto afirmar que:

A) O Presidente da República para decretar estado de defesa, deverá ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.

B) O Decreto que instituir o estado de defesa determinará as medidas coercitivas a vigorarem, entre quais as restrições ao direito de reunião, ~~caso não~~ seja exercida no seio de associação. AINDA QUE

C) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a ~~sessenta dias,~~ podendo ser prorrogado uma vez por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação. 30 DIAS

D) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.

04- Analise as assertivas que seguem como Verdadeiras – V ou Falsas – F relativamente ao tema Defesa do estado e das instituições democráticas:

I. Compete privativamente ao Presidente da República decretar o estado de sítio e o estado de defesa. V DEFESA

II. O ~~estado de sítio~~ é decretado para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. F

III. O Congresso Nacional autoriza decretar o ~~estado de defesa~~ SÍTIO nos casos de comoção grave de ~~repercussão nacional~~ ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de sítio declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira. F

IV. O Congresso Nacional ~~permanecerá em recesso~~ até o término das medidas coercitivas do estado de defesa.

V. Na vigência do estado de defesa é ~~facultada~~ a incomunicabilidade do preso.

Marque a sequência CERTA:

A) V, F, F, F, F

PRESO NÃO PODE FICAR INCOMUNICÁVEL NUNCA

~~B) F, V, V, V, V~~

~~C) V, V, V, V, V~~

~~D) V, F, V, F, V~~

~~E) F, V, V, F, F~~

05- Analise as assertivas tendo como referência o título da defesa do estado e das instituições democráticas, do estado de defesa e do estado de sítio como prescreve a Constituição Federal.

I. O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem; V PODE PRORROGAR POR +30

II. O tempo de duração do estado de defesa ~~nunca~~ será superior a trinta dias, pois, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação deverá ser decretado o estado de sítio; F

III. Restrições aos direitos de reunião, ainda que exercida no seio das associações; ~~incomunicabilidade dos presos~~, sigilo de correspondência e sigilo de comunicação telegráfica e telefônica são medidas coercitivas ~~possíveis~~ de vigorarem durante o estado de defesa; F

IV. O Congresso Nacional permanecerá em funcionamento até o término das medidas coercitivas, em caso de estado de sítio; V

V. A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, entre outros, a exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; V

Marque a sequência CORRETA:

~~A) F, V, V, F, F~~

~~B) F, V, V, V, F~~

C) V, F, F, F, V

~~D) F, V, F, V, F~~

E) V, F, F, V, V

06- A convocação extraordinária do Congresso Nacional no caso de pedido de autorização para a decretação do estado de sítio é feita

A) pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

B) a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas.

C) pelo Presidente do Senado Federal.

D) pelo Presidente da República.

E) a requerimento do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

07- Em consonância com a previsão constitucional sobre a "Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, assinale a alternativa INCORRETA.

A) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação. V

B) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta V

C) A Mesa do Congresso Nacional, ouvidos os líderes partidários, designará Comissão composta por cinco de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio. V

D) Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de ~~dois dias~~, a fim de apreciar o ato. 5 DIAS

E) Na vigência do estado de defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.

08- Os mecanismos de defesa do Estado e das instituições democráticas estão previstos expressamente na Constituição Federal de 1988 (CF/88). Diante disto, leia o excerto do artigo 136 da CF/88:

"Art. 136. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, _____ para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por _____ ou _____."

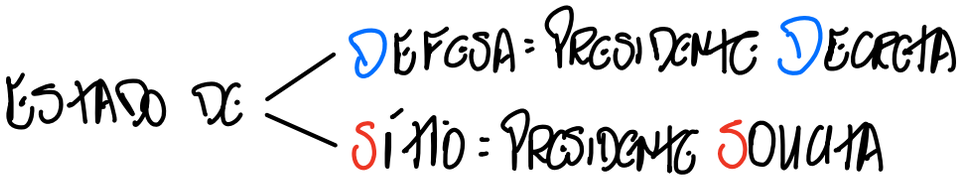
Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

A) decretar estado de defesa / grave e iminente instabilidade institucional / atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza

~~B) solicitar~~ ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio / comoção grave de repercussão nacional / declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira

~~C) decretar estado de sítio~~ / grave e iminente instabilidade institucional / declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira

~~D) decretar intervenção federal /~~ por violação à integridade nacional / invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra.



09- De acordo com a Constituição da República, para preservar, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou paz social atingida por calamidades de grandes proporções na natureza, o

A) ~~Congresso Nacional, a pedido do governador~~ do Estado atingido e ouvido o Ministério Público Federal, poderá decretar a intervenção federal.

B) Presidente da República, ouvido o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, poderá decretar estado de defesa.

~~C) Congresso Nacional poderá decretar, a pedido do Presidente da República e autorizado pelo Supremo Tribunal Federal, estado de sítio.~~

D) Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional, poderá ~~decretar estado de calamidade pública.~~

~~E) Conselho de Proteção Nacional, por solicitação dos Prefeitos e Governadores das regiões atingidas, poderá decretar estado de emergência.~~

10- No que se refere ao estado de defesa e ao estado de sítio, julgue os itens a seguir.

I ~~O Senado Federal~~ pode suspender o estado de defesa, mas não pode suspender o estado de sítio.

II O estado de defesa, decretado pelo presidente da República, deve ser aprovado pelo Congresso Nacional.

III O presidente da República deve solicitar ao Congresso Nacional a autorização para decretar o estado de sítio.

Assinale a opção correta.

A) Apenas o item I está certo.

B) Apenas o item II está certo.

C) Apenas os itens I e III estão certos.

D) Apenas os itens II e III estão certos.

E) Todos os itens estão certos

11- Assinale a opção correta, segundo a Constituição de 1988:

A) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa.

B) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, ~~sem autorização~~ do Congresso Nacional,

decretar o estado de sítio nos casos de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa. F

C) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, ~~decretar~~ o estado de sítio nos casos de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira. F

D) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, ~~sem autorização~~ do Congresso Nacional, decretar o estado de sítio nos casos de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira. F

12- O Título II da Constituição de 1988 estabelece direitos e garantias fundamentais que possuem fundamental importância no ordenamento jurídico brasileiro. Em contrapartida, a Carta Magna também prevê casos excepcionais onde tais garantias podem ser suspensas por ato do Chefe do Poder Executivo, tal qual o estado de sítio. São hipóteses em que poderá ser decretado tal estado, EXCETO:

A) Declaração de estado de guerra. V

B) Resposta a agressão armada estrangeira. V

C) Comoção grave de repercussão nacional. V

D) Ocorrência de calamidades de grandes proporções na natureza em locais restritos e determinados, que venham a ameaçar a ordem pública ou a paz social.

SISTEMA CONSTITUCIONAL DE CRISES

→ MECANISMOS DE ESTABILIZAÇÃO CONSTITUCIONAL

ESTADO DE SÍTIO
- 30 DIAS (PRORROGÁVEIS SUCESSIVAS VEZES)
- REPRESSIVO
- DEFENSIVO (+ GRAVE) — NÃO TEM PRAZO

ARTIGO 137, CF

ESTADO DE DEFESA
- ARTIGO 136, CF
- 30 DIAS + 30 DIAS
- SÓ PODE PRORROGAR UMA VEZ MEDIANTE AUTORIZAÇÃO DO CN.

INTERVENÇÃO FEDERAL
- ARTIGOS 34 A 36, CF

ESTADO DE DEFESA

→ OUVIR OS CONSELHOS → DA REPÚBLICA
→ DE DEFESA

→ O PRESIDENTE DECRETA E DEPOIS COMUNICA AO CONGRESSO NACIONAL EM ATÉ 24 HORAS

- TEM UM PRAZO DE 10 DIAS DECIDIR
- APROVADA A MEDIDA POR MAIORIA ABSOLUTA
- SE O CN REJEITAR A MEDIDA CESSA.
- ENQUANTO VIGENTE A MEDIDA O CN ESTARÁ EM FUNCIONAMENTO.

OBS: SE O CN ESTIVER EM RECESSO SERÁ CONVOCADO EXTRAORDINARIAMENTE PELO PRESIDENTE DO SENADO, NUM PRAZO DE 5 DIAS.

→ QUAL O PRAZO? 30 DIAS, PODENDO PRORROGAR POR + 30 DIAS, DESDE QUE AUTORIZADO PELO CN.

→ CABIMENTO (ROL TAXATIVO) → PRESERVAR OU RESTABELECER EM LOCAIS RESTRITOS OU DETERMINADOS (ÂMBITO REGIONAL)

A ORDEM PÚBLICA É AMEAÇADA POR:

→ GRAVE E IMINENTE INSTABILIDADE INSTITUCIONAL

→ CALAMIDADE DE GRANDE PROPORÇÃO

ESTADO DE SÍTIO

- OUVIR OS CONSELHOS → DA REPÚBLICA; DE DEFESA
- O PRESIDENTE SOLICITA AUTORIZAÇÃO AO CN.
  - CONTROLE POLÍTICO PRÉVIO
  - APROVADA A MEDIDA POR MAIORIA ABSOLUTA
  - ENQUANTO VIGENTE A MEDIDA O CN ESTARÁ EM FUNCIONAMENTO.

OBS: SE O CN ESTIVER EM RECESSO SERÁ CONVOCADO EXTRAORDINARIAMENTE PELO PRESIDENTE DO SENADO, NUM PRAZO DE 5 DIAS.

- CABIMENTO => ESPÉCIES (ROL TAXATIVO)
  - REPRESSIVO
    - QUAL O PRAZO? 30 DIAS (PRORROGÁVEIS SUCESSIVAS VEZES)
    - AS MEDIDAS DO ESTADO DE DEFESA FORAM INSUFICIENTES
    - COMOÇÃO DE REPERCUSSÃO NACIONAL
  - DEFENSIVO = ESTADO DE GUERRA (+ GRAVE)
    - NÃO TEM PRAZO.